

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

Advogado e professor universitário

Campos é um orgulho para o Estado do Rio de Janeiro. A sua história é um capítulo muito especial para os fluminenses. E nós sabemos como tem sido difícil para a Cidade manter o seu padrão tradicional.

A federação brasileira, nascida mais de um expediente de técnica constitucional do que da realidade de nossa vida política, tem sido madrastra para os municípios brasileiros. A partir de 1964 o cenário federativo enfeiou demasiadamente. Temos hoje um arremedo de federação. O principal aspecto a ser estudado é inquestionavelmente a voracidade tributária da União. Os nossos municípios foram dizimados na sua capacidade tributária. Os tributos arrecadados, como disciplinados na Constituição Federal de 1967, vão em sua esmagadora maioria robustecer os cofres federais. A caixa municipal passa fome. E muita. Os repasses dos já famosos fundos de participação são altamente burocratizados, retardando os repasses. Os impostos e taxas da competência dos municípios são minguados e, nesses tempos de crise, então, nem falar.

Não sei como será possível levar a bom termo a democracia política sem fazer uma reforma tributária democrática que melhor discrimine constitucionalmente as rendas em favor dos Estados e Municípios. Essa bandeira é hoje um símbolo que não pode ser esquecido.

O municipalismo, que tem sido tema para palavrório fácil, não tem recebido um tratamento adequado dos nossos representantes políticos. Salvo os Prefeitos que sofrem na pele a saga de muitos percursos heróicos, poucos são os que estão realmente preocupados com a solução do assunto.

Enquanto não houver uma urgente reforma do sistema tributário nacional teremos poucas chances. De paliativos estamos cansados. Em linhas gerais, qual a reforma necessária?

Em primeiro lugar, impõe-se mudar a constituição para melhor distribuir os ingressos tributários pelas unidades federativas, privilegiando os Estados e Municípios.

Em segundo lugar, é imperativo que parte dos impostos arrecadados no território municipal fique em proporção adequada no respectivo Tesouro.

Em terceiro lugar, a figura do repasse deve ser eliminada ficando automaticamente com o Município, sem idas e vindas, o que já lhe pertence. Essa providência pode ser tomada sem delonga, pois independe de reforma constitucional, ou mesmo legal.

Em quarto lugar, a tecnocracia não pode tomar o lugar dos Prefeitos e dos Vereadores para dizer o que é melhor para o Município. Chega de complicados planos de aplicação.

Finalmente, e por isso comecei falando de Campos, não é possível mais retardar o pagamento de royalties pela exploração de petróleo em terras campistas. Essa batalha, Campos deve travar em todas as trincheiras. E nós sabemos que o Prefeito José Carlos Barbosa está muito atento. Vamos ajudá-lo de corpo e alma.

Em 06/09/83